

O Ocidente e os Outros: Europa, Portugal e Brasil

Ms. Joel Carlos de Souza Andrade
Bolsista do Instituto de Investigação Interdisciplinar – I.I.I.
Doutorando em História Contemporânea – Univ. de Coimbra
Prof. da UFRN – Campus de Caicó
jocadesoan@yahoo.com.br

“A Europa jaz, posta nos cotovellos;
De Oriente a Occidente jaz, fitando,
E toldam-lhe românticos cabellos
Olhos gregos, lembrando/
O cotovello esquerdo é recuado;
O direito é angulo disposto
Aquelle diz Itália onde é pousado;
Este diz Inglaterra onde, afastado,
A mão sustenta, em que se appoia o rosto/
Fita, com olhar sphyngico e fatal
O occidente, futuro do passado/
O rosto que fita é Portugal.”

(Fernando Pessoa – Mensagem, Primeira Parte, Brasão)

Tendo como eixo problemático a fundamentação de uma ideia de Europa, este texto foi composto a partir de algumas reflexões realizadas no âmbito do seminário “**O Ocidente e os Outros**” ministrado pela professora Doutora Maria Manuela Ribeiro Tavares junto ao Programa de Doutorado em Altos Estudos Contemporâneos, Universidade de Coimbra. Tal seminário partiu da problemática em que vive a Europa contemporânea com a União Europeia e buscou analisar, através de vários projectos e ideias, o seu longo processo de construção, marcado pelas particularidades e desafios de cada época.

Gostariamos, portanto, de iniciar esta reflexão com uma colocação do professor Georges Contogeorgis:

“(…) Le concept de l’Occident désigne plus ou moins l’ant garde du cosmosystème anthropocentrique héritier du monde greco-romain – dans lequel est compris aussi le monde slave – vis-à-vis du reste de la planète qui suit de loin et quelque fois avec résistance l’évolution. Au sens strict du terme, le terme désigne le bloc des pays qui assurent l’hégémonie

mondiale, dans les circonstances actuelles”¹

Partindo desta idéia, temos que pensar como se deu a construção da Europa e sua sinonímia com o Ocidente. A Europa, segundo a maioria dos autores, tem sua origem na mitologia ligada ao rapto da princesa fenícia Europa por Zeus, então disfarçado de touro, que a levava para ilha de Creta. Esta idéia fundadora, segundo Heikki Mikkeli, inspirou ao longo dos tempos, os escritores clássicos e artistas até os dias atuais². Mas há uma outra leitura de Europa ligada à dimensão geográfica. A Europa, no âmbito dos três continentes conhecidos na antiguidade, representa aquilo que é diferente da Ásia e da África. Neste sentido, partindo do mundo grego, temos a dicotomia, o Este simbolizando a “barbárie” e o Oeste a “civilitá” (Tal concepção será ressignificada no medievo recebendo o “bárbaro” a conotação de “infiel”), o Ocidente como representante da “liberdade” e o Oriente como “despótico”.

Todavia, diferente dos autores que aproximam Europa e Império Romano, o historiador Mikkeli, enfoca que o Império Romano foi mais geográfico que europeu no sentido estrito da palavra e afirma:

“L’Europa dell’antichità nom era, dunque, un’entità uniforme a cui i suoi abitanti fossero più o meno attaccati. Nesuno che visesse in Europa a quell’epoca avrebbe definito se stesso come europeo. All’apogeo dell’impero romano, in particolare, i membri istruiti di quella società preferivano l’idea di Roma come centro del potere mondiale. Il termine “Europa” aveva un proprio retroterra mitologico, ma gradualmente entrò in uso per indicare una precisa area geográfica, seppure dai confini nom chiarissimi. Al mondo antico era ancora ignota l’accezione politica del termine “Europa”.”³

Apenas a partir da tradição cristã é que tal concepção será investida de um forte significado. O cristianismo será um elemento de fusão já quando do processo de “aculturação” dos povos alanos, visigodos e outros no interior do espaço europeu. Retomando a tradição greco-latina, a Europa será reelaborada pela tradição judaico-cristã que tem no império carolíngio uma tentativa de reunificação da Europa. Carlos Magno

1 CONTOGEOGIS, Georges. **La Nature de l’Occident et le Monde**. p. 02. Resumo de sua palestra do dia 07 de Dezembro de 2006 junto ao seminário “Ocidente e os Outros”, coordenado pela Profa. Dra. Maria Manuela Tavares Ribeiro.

2 MIKKELI, Heikki. **Europa – Storia di un’idea e di un’identità**. Sociedade editrice il Mulino, s/d, p. 13-14.

3 MIKKELI, Heikki. **Op. Cit.** p. 23.

(747-814) consiste um marco no projecto de uma “União Européia”, através do Império Romano do Ocidente, considerado em obras como *“Père de l’Europe”* (Poète Angilbert) e *“Gloire de l’Empire d’Europe”* (Prêtre Cathwulf)⁴ pretende dar uma identidade cultural (escrita carolíngia) tendo a Igreja como importante aliada na institucionalização e organização do Império, legitimado tal relação por uma identificação entre o poder político, o imperador, e o religioso, o Papa.

A noção de Europa no medievo, portanto, estará necessariamente ligada aos interesses e aos conflitos pelos quais passa a Igreja Católica. Seu papel legitimador terá uma grande preponderância no projeto europeu no período que marca o “ano mil”, com o acentuado questionamento da Igreja internamente, e com os seus desafios externos, que visam a manter a “sagrada” instituição. Durante a chamada Baixa Idade Média, acompanha-se uma paulatina expansão da crise do mundo cristão: as Cruzadas, o questionamento do papel político da Igreja, a crise entre os papas com a transferência para Avinhão (1309), o cisma do Ocidente (1378-1429), chegando esta crise ao ápice com a Reforma Protestante, tendo à frente o protestante Martinho Lutero (1517); estes são apenas alguns elementos que põem em cheque a unidade cristã. São sinais de um longo processo de mudanças que impõe novas atitudes e projetos, ou como diria Philippe Wolff em sugestivo título: era um “Outono da Idade Média ou Primavera dos Novos Tempos?”⁵.

Perante as sucessivas crises, o que unia as diferentes nações européias era ainda o espírito da Cristandade, cujos vínculos de solidariedade davam-se pela luta contra os inimigos da fé, internamente (hereges) e, principalmente, externamente, contra as ameaças asiáticas e islâmicas. Também outras transformações inspiraram emergência de um novo mundo: a criação das universidades e as práticas das línguas vernáculas, a arte gótica, as ligas urbanas, os novos itinerários espirituais, a exemplo de Santiago de Compostela, as ordens religiosas, etc. Permanece, contudo, de forma reelaborada, a dicotomia, Europa como um espaço privilegiado (cristão) contra o outro (o infiel, o selvagem). Entretanto, estas explicações, pautadas apenas pelo elemento religioso, não serão suficientes e ganhará especial atenção dos humanistas dos séculos XV e XVI que

4 HAMON, Dominique; KEILER, Ivan Serge. **Fondements et étapes de la construction européenne**. Paris: Presses Universitaires de France, p. 46.

5 WOLFF, Philippe. **Outono da Idade Média ou Primavera dos Tempos?** Lisboa: Edições 70, s/d.

elaboram e alargam novas perspectivas de mundo, começando-se, a ser articulada uma “promoção do Ocidente”, um lugar de destaque em relação ao “Outro”.

Neste sentido, Portugal e Espanha vão ocupar lugares de vanguarda com a ampliação da geografia do globo, conquista e desbravamento de novos mundos através das viagens de Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral e Cristovão Colombo (mesmo por Américo Vespúcio, pela capacidade de nomeação do “Outro”⁶), constróem novas cartografias e necessidades de legitimação do europeu-ocidente, relação entre o “Eu” e o “Outro”. Desta fase inaugura-se a noção de Europa como espaço em expansão, começa-se a se gestar um novo modelo de civilização apoiada, agora, não apenas pelo Deus cristão, mas pelos progressos científicos na cartografia, na geografia e na astronomia.

Todavia, tal expansão não se dá por um movimento pacífico e a Europa Cristã, universal, será assolada por novos desafios: externos, no lidar com os novos mundos e povos, no interno, pelo cisma da cristandade ocidental com a Reforma Protestante. A Europa, desde o século XIV, com a Guerra dos Cem Anos, e mais agora, será palco de vários conflitos, de ordem política e religiosa marcada por um exacerbamento da intolerância como o próximo e com o “outro”: católicos, protestantes, muçulmanos, judeus e “idólatras”, numa geografia mais ampla. Nesta fase de grande turbulência não existe ainda uma unidade europeia, pensada em termos políticos, como afirma Adriano Moreira:

“A expansão mundial, porém, foi obra da cristandade ocidental. E não ocorria aos políticos, como não lembrava aos teóricos, pensar na Europa como entidade politicamente autónoma. Sentido geográfico, sim. Mas não sentido político. Ou sentido político que se distinguisse do sentido de ser cabeça da cristandade”⁷

6 Sobre o Ocidente e sua relação com o Outro, acho interessante a leitura que Michel de Certeau da alegoria desenhada por Jan Van der Straet para a *Americae decima pars* de Jean-Théodore de Bry, sobre a chegada do europeu Américo Vespúcio ao Novo Mundo: “Américo Vespúcio, o Descobridor, vem do mar. de pé, vestido, encouraçado, cruzado, trazendo as armas europeias do sentido e sendo por detrás dele os navios que trarão para o Ocidente os tesouros de um paraíso. Diante a América Índia, mulher estendida, nua, presença não nomeada da diferença, corpo que desperta num espaço de vegetação e animais exóticos. Cena inaugural. Após um momento de espanto neste limiar marcado por uma colunata de árvores, o conquistador irá escrever o corpo do outro e nele traçar a sua própria história. Fará dele o corpo historiado – brasão – de seus trabalhos e de seus fantasmas. Isto será a América “Latina”. CERTEAU, Michel de. “Prefácio à 2a. edição” In: **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 09.

7 MOREIRA, Adriano. **A Europa em Formação (A Crise do Atlântico)**. 4a. edição, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa; ISCSP, 2004. p. 87.

A fase de transição da *Res Publica Cristiniana* no Ocidente dos Estados está relacionada com a perda do poderio e da unidade religiosa ocidental da Igreja Católica. Esta é uma longa fase sobre a qual se debruçam várias reflexões: Erasmo de Roterdão, Tomas Morus e Damião de Góis, para citar alguns, que há muito denunciavam os males que afetavam a Igreja Católica, sem contudo, ter a intenção de dividi-la.⁸ Todavia, a partir do século XVI, as críticas serão deslocadas para outros objectivos:

“Agora, a crítica tinha outros objectivos. Era o Estado que se propunha ocupar o papel fundamental na vida dos povos, relegando a Igreja, para segundo plano. Ou como de facto fizeram os reformistas, para componente do Estado Nacional.”⁹

É desta inquietação que começa a ser gestado um projeto de “equilíbrio europeu”, numa tentativa de construção de uma convivência pacífica entre os povos e Estados que formam a Europa, marcam também, a época histórica em que se inicia um esforço sistemático na procura de “fórmulas de equilíbrio das potências territoriais do Estado” e do florescer das teorias sobre direitos naturais das gentes– “a religião como paradigma daquilo que a religião tinha dividido”.¹⁰ Mas também novas necessidades políticas se impõe com a formação dos Estados Nacionais cuja ideia de Europa passa a ser incorporada ao discurso político pela necessidade que reis e príncipes têm de organizarem uma estrutura básica que dê solidês a uma estrutura política duradoura: exército permanente, burocracia, fronteiras, etc. cujo desenvolvimento da justificação “natural” será fundamental.

Portanto, temos aqui um outro deslocamento, a unidade política da Europa, se dá agora não pela “*Res publica Christiana*”, embora seja mantida esta dimensão na

8 MOREIRA, Adriano. **Op. Cit.** p. 88. Ainda segundo Moreira, sobre Erasmo de Roterdão: “Este não cuidava apenas dos males da Igreja. Olhava o mundo em todos os aspectos. Preocupava-se com a guerra e a paz. Cuidava da ética do governo. Meditava sobre as fronteiras da cristandade. Na sua *Educação do Príncipe Cristão*, editada 1516, e dedicada ao príncipe Carlos, neto de Maximiliano, presta uma particular atenção às artes da paz. Ali explica que, tendo os autores antigos dividido o sistema de governo da república em duas artes, que são as artes da guerra e da paz, todavia, é para esta última que devem virar-se os maiores cuidados. Na formação do príncipe deve insistir-se naquelas razões que levam a reger sabiamente os tempos de paz, e deve pôr-se o mais intenso empenho em que jamais sejam necessárias as ásperas obrigações da guerra.” p. 91-92.

9 MOREIRA, Adriano. **Op. Cit.** p. 89

10 RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. **A Idéia de Europa**. Coimbra: Quarteto, 2003. p.31.

universalidade cristã e que será fundamental no projecto de alguns teóricos quando da afirmação de um projeto europeu mais ousado no século XX, mas pela diversidade de Estados soberanos. A Igreja perdeu a sua hegemonia, embora mantenha-se uma “nostalgia de unidade” reelaborada como imperativo “ético e político” através pela ideia de “*balance of power*”, de equilíbrio, pela noção de “concerto das nações” e de gestação de “modelos de paz”.

Os planos e projetos de uma União Européia foram gestados num longo e nem sempre harmonioso, e muito menos determinante, processo histórico. De acordo com Maria Manuela Tavares Ribeiro, didaticamente, podem ser divididos em três tipos, correspondentes, a três diferentes épocas e diferentes mitos que fundamentam uma dimensão simbólica:

A Europa da Cristandade (desde a Idade Média até o século XVII): esta Europa se fundamenta no “mito do império universal”, tendo como marco as ideologias de Carlos Magno, cujas releituras serão retomadas no mundo contemporâneo por Napoleão I, pelo Santo Império e pelas tentativas dos Habsbourgs na luta pela hegemonia, poder e glória imperial; **A Europa como uma entificação da Humanidade (século XVIII):** o mito da “união pacificadora”, com as promessas de prosperidade e de progresso defendidas por Sully, Kant, Saint-Simon, entre outros; **A Europa Região (séculos XIX e XX):** o “mito da comunidade de valores e da cultura”, norteadores da “*Republica Christiana*” e também “República das Letras” dos séculos XVII e XVIII¹¹

Além de Carlos Magno, citado anteriormente, elencamos alguns projetos que representam este longo movimento de construção de um projeto europeu. **Dante Alighieri** (1265-1321), poeta florentino, conhecido mais pela obra *A Divina Comédia*, publica em 1308 *Da Monarquia*, obra de fundamental importância para a teorização da doutrina política do século XIV. Este pensador contribui com o questionamento ao poder absoluto da Igreja, pois para Dante: “o poder temporal vem directamente de Deus, sem qualquer subordinação em relação à Igreja”¹² ;

Também **Pierre Du Bois** (1250-1320), jurista normando, conselheiro de Felipe, o Belo, que na obra *De recuperatione Terre Sancte* (1306) apresenta um projeto de paz

11 RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. *Op. Cit.*; CASNABET-CRAMPE, Michèle. “**Europe et Cosmopolitisme – la question de la paix: L’Abbe de Saint-Pierre, Jean-Jacques Rousseau, Kant**”.

12 MOREIRA, Adriano. *Op. Cit.* p. 94.

direcionado a todos os príncipes. Esta obra é dedicada ao rei francês e ao inglês e mostra a necessidade de uma reorganização da Igreja, propondo inclusive, a construção da paz entre os católicos com um concílio da Cristandade Ocidental que teria o poder de arbitragem, de regulação qual um tribunal internacional. Contudo, este concílio não seria permanente, mas ocasional. Du Bois transcende os limites da Cristandade, já apresentando uma certa laicização neste projeto com a abertura para o debate da proposta;

Outro projeto que pode ser elencado, mesmo que de forma sucinta, é o de **Georges Podiebrad**, rei da Boêmia que escreve o seu *“Traité d’alliance et confédération... pour résister au Turc”* (1463), seguindo os conselhos do francês Antônio Marini, destinava a assegurar a paz por toda a cristandade contra a premente ameaça do império turco-otomano; também propõe a criação de uma Assembléia Geral, a construção da paz e a conquista da Terra Santa, salvaguardando-a dos turcos-otomanos. Conforme Moreira:

“O Papa teria a modesta função de estabelecer a paz entre os príncipes eclesiásticos e os que estivessem fora da federação, além de lhe competir construir uma frota para a cruzada. Nunca foi possível reunir a projectada Dieta e assembléia geral dos reis e príncipes cristãos.”¹³

As mudanças do mundo ocidental com o processo de laicização, pela idéia de progresso, de autonomia individual, pela razão crítica, prepara dos homens para um novo mundo e arquitetura de novos projetos. A razão passa aos poucos a ser vista como um instrumento capaz de explicar o mundo sem necessidade de recorrência à Criação. Delimita-se um espírito de aventura e de conhecimento do “outro”, com a descoberta e posterior conquista do Novo Mundo, com as novas reflexões e descobertas científicas. Este processo culmina numa lógica exacerbada de humanização nos séculos XVI, XVII e XVIII, havendo um certo messianismo do progresso da razão num vasto grupo de intelectuais, a exemplo de Spinoza e Descartes.

Neste período, alguns pensadores se preocupam com a melhoria da condição humana, é uma fase de transição em que se destaca a chamada “República das Letras”, marcada por um forte intercâmbio cultural, pela tradução dos clássicos em línguas

13 MOREIRA, Adriano. **Op. Cit.** p. 98.

vernáculos e pelo sentimento de pertença, de polidez e de civilização¹⁴. Demarca-se o início da construção de vários projetos sobre o “equilíbrio do poder” e projeção da paz entre as comunidades cristãs.

“Os projectistas procuram assegurar não tanto a paz pelo direito como antes a paz pela arbitragem. Os antecedentes também se encontram no século XIV e o primeiro que os escritores indicam é Pierre Du Bois (...). A idéia de missão contra os infiéis é o fulcro da demonstração de necessidade da paz entre os católicos. Afastando inteiramente a autoridade do imperador, propõe que a organização dos Estados soberanos assente na existência de um tribunal internacional de arbitragem, do qual se poderia recorrer para o Papa.”¹⁵

Duque de Sully (1559-1641), francês, político, estadista da história política francesa, trabalhou para Henrique IV para quem elaborou “Le Grand Dessein d’Henri IV” (1638) com quem esta paz universal se obteria através da Cristianíssima Republica. Sua produção é realizada numa época de legitimação do Estado Absolutista, na fase de uma economia mercantilista e já num período de emergência das idéias iluministas. Seu projeto era combater a hegemonia da Casa de Áustria, por isso o “grande desenho” tinha por base a República Cristiana com a liderança da França, baseada nas negociações com a Inglaterra, tendo assim, uma dimensão de abertura para com os interesses protestantes, admitindo três religiões: a católica, a luterana e a calvinista. Já quanto aos turcos:

“Os turcos, por exemplo, deveriam converter-se ou ser forçados a abandonar a Europa. (Propõe também). Um órgão de 40 membros, a que se chamaria Cristianíssimo Conselho, teria o poder de arbitrar todas as questões. Tal Conselho teria uma sede móvel e disporia de um exército com cem mil infantas, vinte e cinco mil cavaleiros e cento e vinte canhões.”¹⁶

Emeric Crucé (fins do século XVI-1648), é um monge pedagogo de um colégio parisiense, escreve “Le Nouveau Cynée” (1623), já numa Europa moderna e com novos desafios, apresenta os postulados de uma Paz Universal. A sua obra preconiza a paz entre os vários Estados Europeus, construindo uma imagem verdadeira da “cidade

14 Sobre esta questão há uma interessante obra: ELIAS, Nobert. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1999. Vol. I.

15 MOREIRA, Adriano. **Op. Cit.** p. 97.

16 MOREIRA, Adriano. **Op. Cit.** p. 99.

universal”, concebe a evolução do comércio e a importância da moeda. Para Crucé, Veneza deveria ser a sede desta nova Europa e presidida pelo pontífice;

William Penn (1644-1718) na sua obra “Ensaio Para A Paz Presente e Futura da Europa” (1654); membro dos Quakers, fundador da Pensilvânia, dá o seu contributo protestante, acrescentando à Europa, a Rússia e a Turquia. Propõe uma Europa Federal composta por uma Dieta de 90 membros; representando o poder de cada Estado. Advoga a permanência do *status quo* territorial e afirma:

“pelas mesmas regras de justiça e prudência pelas quais os pais e senhores governam as suas famílias, e os magistrados as suas cidades, e os Estados as repúblicas, e os príncipes e reis os seus principados e reinos, a Europa pode obter e preservar a paz entre as suas soberanias. Porque as guerras são duelos dos príncipes.”¹⁷;

Outro pensador importante foi o **Abbé de Saint-Pierre** (1658-1743) que publica, em 1712, a obra “Projeto de Paz Perpétua”, defendendo a paz entre os soberanos cristãos (idéia que será retomada mais tarde por Jean-Jacques Rousseau) partindo da leitura crítica da monarquia francesa. Ao analisar a conjuntura política de sua época, acredita que a soberania absoluta era um elemento perturbador para paz, propondo como alternativa um “Senado Europeu” composto por vinte e quatro representantes e incorporando todos os Estados da Europa. Tal projeto chama a atenção para uma representação do Islã e para a convivência pacífica entre os Estados;

Outros pensadores ganham destaque pela discussão que fazem em torno do “direito natural”, a lei da nações e da república das nações, fundamentais para compreendermos os princípios do direito internacional, entre eles, destacam-se **Jean-Jacques Rousseau e Emmanuel Kant**. Neste sentido, cabe-nos retomar a importância de dois marcos históricos: a Paz de Vestefália (1648) que inscreve no Direito das Gentes o princípio de soberania plena dos Estados. Tal princípio constitui um dispositivo a ser utilizado nas relações internacionais para manter a política do equilíbrio de forças (balance of power) e impedir a prevalência de um Estado sob outros. O segundo marco importante para o Concerto Europeu o Congresso de Viena (entre outubro de 1814 e junho de 1815) que se pauta pela nova estratégia de coexistência das soberanias

17 LANGE, p. 279 *apud* MOREIRA, Adriano. **Op. Cit.** p. 99.

nacionais. Neste sentido, segundo Metternich, o princípio básico deste projecto era: “restaurar uma Europa do Equilíbrio e do Direito das Gentes”.

Jean-Jacques Rousseau¹⁸, retomando o “Extracto do Projecto de Paz Perpétua Do Senhor L’Abbé De Saint-Pierre” (1761), junto com Kant, Rousseau demarca uma fase de rompimento com os princípios da ideia dos príncipes para a ideia de Estado-Nação, a paz se dará pela liga dos povos. Seu pensamento se aproxima num primeiro momento de Kant. **Emmanuel Kant** (1724-1804), filósofo alemão que publica em 1795 “A Paz Perpétua”, propondo uma Federação de Estados livres, de acordo com o modelo de constituição republicana baseada na separação dos poderes e na igualdade perante a lei, aí talvez, entre em evidência a ruptura entre a concepção medieval e moderna de Europa.

Kant concorda com Saint-Pierre quando aquele traça o projeto de paz e de equilíbrio europeu numa análise conjuntural, contudo, discorda dos meios a alcançá-lo. Se Saint-Pierre visava um corpo europeu, uma união européia, com parlamento, uma federação, Kant, por sua vez, concebia uma dimensão mais ampla deste projeto, concebendo-o numa perspectiva cosmopolita, devendo surgir uma federação universal, um senado dos povos esclarecidos que se enquadrava em três níveis em consonância com o regime republicano: o poder legislativo, o poder executivo e o poder judiciário, estes elementos constituem a base da construção do federalismo kantiano, construía-se uma paz duradoura. Considerando os antagonismo e os conflitos naturais entre os homens que se traduzem em conflitos e guerras, é fundamental a instituição de uma ordem política e jurídica baseada em três direitos fundamentais para se alcançar êxito estabelecendo a paz entre os homens. São eles: o Direito Civil (*Ius Civitatis*), instituição de uma sociedade civil, baseada numa constituição e num regime republicano; um Direito Dos Povos ou Das Gentes (*Ius Gentium*), uma constituição de ordem política e jurídica entre os vários estados com vistas a impedir os riscos permanentes de destruição; o Direito Cosmopolita (*Ius Cosmopoliticum*), caracterizado pela instituição de uma ordem jurídica cosmopolita, para a qual todos os homens são considerados cidadãos da Terra e do mundo, independente de sua procedência;

Em termos gerais, para acabar com as guerras entre os Estados, Kant propõe a

18 HERSANT, Yves; DURANT-BOGART, Fabienne. **Europe de l’Antiquité aux XXIème**. Paris: s/E, 2000. p. 100-107.

criação de uma Federação dos Povos, uma República Mundial, Liga dos Povos e um

Estado Universal cujo arcabouço teórico tinha três instituições semelhantes ao regime republicano: a) Legislativo (Senado dos Povos); b) Judicial (um fórum para decidir os conflitos); e c) Executivo (um Poder dos Povos para fazer cumprir as decisões).

Saint-Simon¹⁹ (1760-1825), um autodidata, em sua obra “A Reorganização da Sociedade Européia” (1814), inserido no pensamento socialista utópicos do século XIX, aborda a necessidade de reorganização da sociedade através da harmonia universal, sob o ponto de vista político econômico e social. Sua obra é escrita com a colaboração de Thiery e foi elaborada no calor do Congresso de Viena (1814), é um projeto detalhado da organização européia, utiliza-se da política positiva para propor uma organização economia. Está preocupado com o avanço da industrialização do século XIX e suas consequências (pauperismo, desemprego). Ciente da necessidade e importância da consciência social (a exemplo do ludismo inglês), para Saint-Simon é preciso um socialismo industrial. Para Saint-Simon e outros socialistas, a sociedade é dicotômica, há a sociedade produtiva e outra não produtiva. Enquanto política propõe uma linha liberal, defendendo a monarquia liberal (não teocrática), a união feita pela harmonia dos povos e a formação de um parlamento europeu bicameral (deputados eleitos e outros vitalícios). Seu plano se inspira no modelo das comunas medievais (os municípios) e defende para união européia: o progresso, a paz e o estado de bem-estar social. Como saída, acredita na confederação onde o parlamento europeu seria composto por um rei, pelos deputados e pelos interesses comuns de um ser direcionado para os interesses da Europa. Diferente de Sully e de Saint-Pierre, que defendiam as alianças dos reis e príncipes, Saint-Simon defende a eleição do parlamento europeu pelas corporações e em termos econômicos, defende já um mercado comum europeu. A sociedade industrial, para Saint-Simon, não se resumia aos interesses econômicos, era também um sentimento, era uma paixão pela produção. Retoma assim, o sentimento cristão medieval, para propor a instauração de um novo cristianismo, defendendo um estado de bem-estar social para todas as classes sociais. Seu projeto teria início com união de dois Estados (liberais) que promoveriam o alargamento para incorporação dos demais.

19 ROCHA, Acílio da Silva Estanqueiro. **Filosofia da Europa; Questões sobre a Europa**. Revista Diacrítica, n. 17/2, 2003.

Este programa de Saint-Simon teve influencia em Portugal no período de 1820-1830 através de **Almeida Garrett**²⁰. Pensador fruto de uma época em que se luta pela implantação do liberalismo português, veja-se a Revolução do Porto, que movimenta intelectuais preocupados com os destinos de Portugal e qual seu lugar no mundo. Almeida Garrett, estudante da Universidade de Coimbra, articulista de jornais estudantis, das lutas pelos ideais liberais torna-se um exilado político. Leitor dos filósofos das luzes, cresce no meio dos conservadores, entre os liberais e os reacionários. Garrett vai para o exílio na França e na Inglaterra, contribui com a formação do movimento romântico português quando regressa munido de todo o capital intelectual. Tanto na poesia quanto na literatura, Garrett tem um papel fundamental na poesia nacional, aborda as lendas, os costumes, o romanceiro e as sensibilidades do povo.

Garrett retoma o Abbé de Saint-Pierre e sua leitura feita por Rousseau. Se Saint-Pierre fala em liga contra a guerra e a defesa do *status quo* territorial, Rousseau fala em termos de povos, de unidade histórica e moral com vistas ao equilíbrio. É portanto, Rousseau a grande inspiração de Garrett na obra “Portugal na Balança da Europa” (1830). Seu contexto é marcado pela repressão do absolutismo miguelista, pelo mando europeu da Santa Aliança, por isso, ver as ideias rousseauianas como fundamentais para incluir Portugal na ordem da razão e do progresso. Se Portugal se consagrara na história mundial nos séculos XV e XVI e depois decaiu, era chegado o momento, agora em 1830, de Portugal reaver um lugar que o fizesse recordar o passado, criando um novo homem, despertando uma vontade geral, despertando-o para os princípios da liberdade e que fizesse com que Portugal deixasse de ser apenas um joguete da Europa.

Desta forma, no âmbito português, o século XIX será marcado pela presença significativa de uma elite intelectual que têm a “literatura como missão”, ou seja, que através da escrita tentarão entender e abordar Portugal e sua inserção num mundo europeu em transformações constantes, a exemplo de Antero de Quental e a chamada Geração de 70. Tal postura e preocupação será ainda pauta dos intelectuais e políticos do século XX.

Neste sentido, faz-se premente destacar a idéia de Europa no governo de **António**

20 MACHADO, Fernando Augusto. **Portugal na “Balança da Europa” - Das representações estrangeiras à leitura estratégica de Garrett**. Diacrítica, n. 17/2, 2003. p. 141-182.

Salazar, ou melhor, naquilo que ficou conhecido como **Salazarismo**, que governou o país entre 1926/1933 até 1974. Começamos por demarcar algumas particularidades deste governo e depois a representação que dele faz o historiador **João Ameal**.

No período entre guerras houve uma efervescência de projetos para reconstrução da Europa.²¹ Todavia, é no período pós 1940 que temos melhor delineada a política portuguesa através do seu posicionamento em relação a vários projetos. Estes projectos são pautados pela lógica política e econômica e visavam repensar o mundo europeu da fase antecedente, quando tivemos um movimento europeísta onde imperaram diversas ideologias: o liberalismo, o fascismo, o socialismo, etc. Em Portugal enquanto movimento, estes ideais são quase inexistentes, havendo apenas intelectuais que fazem reflexões sobre a crise Ocidental e apontam saídas (muito serão exilados por isto). Salazar será um dos intelectuais desta época, embora pautando seu discurso por uma singularidade e não alinhamento aos ideais em debate no Ocidente. Esta postura de Salazar pode ser analisada atualmente através do legado que deixou: livros, opúsculos, artigos e análises que tentam inserir Portugal no âmbito europeu e mundial.

O Estado Novo é criado em 1932 e legitimado em 1933, mantido no pós Segunda Guerra Mundial, terá Portugal como um país ausente nos principais encontros, a exemplo do Congresso de Haia (1948), não integra o Conselho da Europa (1948); fica reticente em relação ao Plano Marshall, não aceitando inicialmente, embora, admita a integração econômica através O.E.C.E²². Em outros planos Portugal esteve ausente da C.E.C.A (1950)²³, Roma (1957), mas adere à NATO (1949). como membro fundador²⁴, assumindo um importante papel na Defesa, bem como sua integração posterior à O.N.U.²⁵, em 14 de Dezembro de 1955.

Sob o ponto de vista ideológico não apoiavam a União Européia, eram anti-liberais, eram anti-comunistas e anti-democráticos, como mostram e legitimam os discursos do

21 Ver *PanEuropa* de Richard Coudenhove-Kalergi, em 1923; a obra de Aristide Briand apresentada à Sociedade das Nações em 1928 e que seria redigida depois no *Memorandum* francês de 1 de Maio de 1930 preconizando a criação de uma união regional europeia no quadro da Sociedade das Nações.

22 Organização Europeia de Cooperação Económica, criada em 16 de Abril de 1948 em resultado do Plano Marshall.

23 Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, criada em 1951, teve como primeiro presidente Jean Monnet e assentou em três países fundadores: França, Itália e Alemanha Ocidental.

24 Organização do Tratado do Atlântico Norte em 4 de Abril de 1949.

25 Organizações das Nações Unidas.

historiador do Estado Novo, João Ameal. Após 20 anos de Estado Novo, publica-se “Um Grande Português, Um Grande Europeu: Salazar”. Mas o que fundamenta o europeísmo de Salazar? O princípio do antigo nacionalismo, contra a doutrina de nacionalismo agressivo; contra o liberalismo e o democratismo, pois estes estavam esgotados desde o último século e apresentavam um esvaziamento do conteúdo ideológico; também era desfavorável ao liberalismo (principalmente as liberdades individuais). Salazar defende uma economia corporativa e nos seus discursos afirma que o Estado deve ser nacional e acusa as posturas contrárias de fariseísmo.

Em 1934, no Congresso da União Nacional, Salazar expõe um sistema original contra o falso liberalismo, contra a democracia e a favor da tradição nacional e da civilização cristã, ficando célebre a sua entrevista ao jornalista António Ferro. Em 1960, o historiador João Ameal publica “Construção do Estado Novo” onde realça e exalta o modelo português como original e numa perspectiva de análise que exalta e reforça a importância da figura de Salazar. O “anti” é mais uma vez reforçado nos discursos de Salazar, contrário à democracia e ao comunismo, que se encontra em expansão. Para ele, o comunismo é um fenómeno que tem características religiosas, incita guerras religiosas, é tirânico (cita o exemplo do bolchevismo), transvia da verdade e desmoraliza o homem.

Salazar concebe a Alemanha como uma importante fronteira do Ocidente, como um tampão que barra a expansão comunista. Para Ameal, neste sentido, Hitler representa uma barreira eficaz. Por outro lado, estes pensadores apontam para a “revolução necessária” para edificar uma nova Europa que se encontrava em crise (política, social, ideológica, moral, espiritual, daí a sua postura contrária ao liberalismo (cuja mistificação causou a primeira crise) e à democracia, tidos como responsáveis por tal situação. **João Ameal**, em obra publicada em 1945, intitulada “A Europa e Seus Fantasmas”, mostra os perigos que ameaçavam a civilização europeia (tanto pluto -ianque quanto a tecnocracia eslava), fazendo uma leitura crítica tanto aos americanos quanto aos soviéticos. Todavia, foi da obra “O Ocidente e a Europa”, de 1969, que fizemos uma análise mais pontual.

A questão do papel de Portugal no mundo Ocidental, alinhado com o programa do Estado Novo salazarista, é recorrente nos discursos do historiador João Ameal, membro

da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Portuguesa de História.²⁶ Ao abordar a problemática do Ocidente, Ameal questiona se o Ocidente é a Europa? É uma civilização? e afirma: “A civilização do Ocidente nasce com e na Europa tendo por base a experiência heleno-latino-germano-cristã”, sendo que a sua unidade foi construída pelo cristianismo. Destaca a capacidade expansiva que demonstrou o Ocidente na “Idade Moderna”: “A civilização do Ocidente mostra possuir então evidente força expansiva que a leva a projectar-se aos remotos confins do globo.”²⁷ Apropriando-se do discurso de Guttemberg, um professor alemão, reforça: “em diferentes lugares estabelece 'as fronteiras de um novo ser, de viver e de pensar'”.²⁸

Assim, entre o século XVI e o XIX há um processo de ocidentalização do mundo. Mas então, temos o desafio do século XX e qual a durabilidade do Ocidente? Apesar de suas redefinições, permanece, invariável o “ensinamento do Ocidente a todos os homens e povos.”²⁹ As mudanças do pós duas guerras mundiais trouxeram novos desafios para o Ocidente com a bipolarização do mundo entre o bloco capitalista americano e o bloco socialista soviético, a Europa, contudo, ficou num jogo de xadrez. Teríamos assim um novo cíclico? Um recuo do processo de Ocidentalização? Ameal afirma que o ciclo ainda não está fechado. Temos que resgatar os valores do Ocidente, por isso percebe linhas de continuidades: “o homem de hoje é o mesmo homem, cuja defesa, cuja protecção, cuja libertação se tornam mais prementes ainda”³⁰

Como Portugal se confronta com esta conjuntura? Primeiro, temos que considerar que o processo de ocidentalização do mundo tem em Portugal uma atitude pioneira: “Geramos assim, pela Terra adiante, outros Portugais – comunidades fraternas entre raças diferentes.”³¹ E ainda reforça:

“Não há exagero em dizer que se criam igualmente novos centros de gravidade do Ocidente nas nossas províncias de África, tão cheias de promessas – e no enorme Brasil, a nós ligado na fraterna comunidade instituída pelos dois governos.”³²

26 AMEAL, João. **O Ocidente e Portugal**. Lisboa: separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, julho-setembro, 1969. Conferencia proferida em 26 de abril de 1969, em Santarém, no encerramento da “Semana Ultramar”.

27 AMEAL, João. **Op. Cit.** p. 188.

28 AMEAL, João. **Op. Cit.** p. 188.

29 AMEAL, João. **Op. Cit.** p. 189.

30 AMEAL, João. **Op. Cit.** p. 193.

31 AMEAL, João. **Op. Cit.** p. 194.

32 AMEAL, João. **Op. Cit.** p. 194. *grifo nosso*

Portanto, esta capacidade de diálogo com o outro, de “extensão” ao invés de confinamento, se apresenta como uma outra característica da índole portuguesa, ele é a vanguarda do século XVI: “(...) superar o condicionamento exíguo do mar fechado das eras mediterrânicas, revelar e atravessar o mar aberto aos grandes contactos intercontinentais pela vitória sobre os mistérios e temores do Atlântico”³³. Nesta perspectiva, conclui Ameal:

“O que importa a cada fase de um Povo não é só o que ficou para trás – mas aquilo que sobre o que para trás ficou e sobre o que à volta depara, lhe inspire o *projecto* do que há de ser. Evoca-se apenas na esperança de extrair, da *evolução*, o *projecto*. O Ultramar Português será factor determinante do *projecto* do futuro. Portugal nos quadros do Ocidente futuro!”³⁴

Estas questões apontadas por Ameal são de fundamental importância para compreensão da inserção de Portugal no universo europeu do século XX, mas também para percebermos determinadas linhas de continuidades em relação aos desafios com os quais de defronta nesta fase integração à Comunidade Económica Europeia. Neste sentido, como afirma o professor Lobo-Fernandes, surpreendentemente, a União Europeia, economicamente falando, é um projeto que tem dado certo. Embora sinta-se por Portugal apresentar algumas dificuldades de ajustamentos³⁵. Por outro lado, chamaríamos a atenção da interessante palestra do professor João Maria André sobre o “multiculturalismo e globalização”. Questão complexa para sociedades que se pautaram pela uniformização de suas identidades, de seus valores, etc. Talvez, nesta questão Portugal tenha uma rica experiência, à despeito de seus problemas, de convivência com o outro, com o “mestiço”³⁶.

Um exemplo do discurso de exaltação da cultura portuguesa elaborada por um

33 AMEAL, João. **Op. Cit.** p. 195.

34 AMEAL, João. **Op. Cit.** p. 195

35 Palestra do Professor Doutor Luís Lobo-Fernandes no dia 04 de Janeiro de 2007 sobre “**A União Europeia.**”.

36 Palestra do Professor Doutor João Maria André, dia 18 de Janeiro de 2007 sobre “**Globalização, Multiculturalismo e Identidades**” no âmbito do seminário “O Ocidente e os Outros”, coordenado pela Professora Dra. Maria Manuela Tavares Ribeiro.

brasileiro está na produção de **Gilberto Freyre**. Depois de publicar o clássico Casa-Grande & Senzala em 1932, publica em 1940 “O Mundo Que o Português Criou & A Cultura Ameaçada: a luso-brasileira”³⁷ Esta obra encontra-se em consonância com as políticas do Estado Novo, brasileiro e português. Getúlio Vargas, inclusive em 1939, ao receber o Conselho de Integração e Colonização (órgão da imigração no Brasil durante o Estado Novo) reforça que um dos critérios de escolha (das nacionalidades) deve ser pautado pelos interesses essenciais do Brasil e da luso-brasilidade.³⁸

Freyre valoriza a “mestiçagem” e a “cordialidade” e também chama-nos atenção para a necessidade de proximidade no mundo luso-brasileiro, bem como a importância de estudá-lo: “para interpretação, para sondagens, para fixação de tais semelhanças podem concorrer de modo poderoso os intelectuais, os escritores, os artistas, os pesquisadores, os cientistas”³⁹. Freyre também critica os reacionários ao luso-brasileirismo:

“Sentimentos e experiências contrárias à tendencia geral, nos dois países, que é, como em todo o mundo de formação portuguesa, para o bom entendimento e a boa compreensão entre homem formados sob a influencia das mesmas tradições e orientados pelas mesmas aspirações democráticas. Democracia social, essencial, humana, quero dizer; pouco preocupa a política”.⁴⁰

Freyre em outra passagem da obra fala da “Importância dos Estudos de História Social e Cultural para as relações entre portugueses e luso-descendentes”. Também critica a história convencional: “Essa reconstituição, sabeis que se faz através de elementos desprezados pela história que se ocupa do grandioso e do heróico e quase só presta a atenção ao documento ilustre, ao registro literário, a crônica oficial ou da religião dominante.”⁴¹ Realçando a importância da história social e cultural, e nisto será objeto de admiração dos franceses como Lucien Febvre e Ferdinand Braudel. Suma, a abordagem de Gilberto Freyre e de outros autores que pensaram a cultura luso-brasileira consiste num rico material de pesquisa, e nosso caso, em específico, a questão do mito será

37 FREYRE, Gilberto. **O Mundo Que O Português Criou & Uma Cultura Ameaçada: a luso-brasileira**. Lisboa: Edição “Livros do Brasil”, 1940. (pref. António Sérgio).

38 FREYRE, Gilberto. **Op. Cit.** p. 38.

39 FREYRE, Gilberto. **Op. Cit.** p. 45.

40 FREYRE, Gilberto. p. 48. Aqui percebe-se que o escritor da “democracia racial” relativiza o conceito de “democracia de acordo os interesses da época. *Grifo nosso*

41 FREYRE, Gilberto. **Op. Cit.** p. 67.

retomada pela maioria, a exemplo de Antônio Quadros, Luís da Camara Cascudo, José Lins do Rego e Ariano Suassuna, entre outros.

BIBLIOGRAFIA:

AMEAL, João. O Ocidente e Portugal. Lisboa: separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, julho-setembro, 1969.

ANDRÉ, João Maria. “Identidade(s), Multiculturalismo e Globalização” - comunicação apresentada no painel “Multiculturalismo, Globalização, Actualidade”, no XX Encontro de Filosofia - “A Filosofia na era da globalização” - Universidade de Coimbra, 23-24 de Fevereiro de 2006. 33p.

CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CONTOGEOGIS, Georges. La Nature de l'Occident et le Monde. Coimbra, 2006 (mimeo).

CUNHA, Norberto Ferreira da. Actas do colóquio, “O Salazarismo e a idéia de Europa”.

ESTANQUEIRO ROCHA, Acílio da Silva. 'Filosofia da Europa: Questões sobre a Europa' . Diacrítica, n. 17/2, 2003. p. 16-28.

FREYRE, Gilberto. O Mundo Que O Português Criou & Uma Cultura Ameaçada: a luso-brasileira. Lisboa: Edição “Livros do Brasil”, 1940.

HAMON, Dominique; KELLER, Ivan Serge. “Fondements et étapes de la construction européenne”. p. 05-50.

HERSANT, Yves; DURANT-BOGART, Fabienne. Europe de l'Antiquité aux XXIème. Paris: s/E,2000. p. 100-107.

MACHADO, Fernando Augusto. Portugal na “Balança da Europa” - Das representações estrangeiras à leitura estratégica de Garrett. Diacrítica, n. 17/2, 2003. p. 141-182.

MOREIRA, Adriano. A Europa em Formação (A Crise do Atlântico). 4a. edição, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa; ISCSP, 2004.

MIKKELI, Heikki. Europa – Storia di un'idea e di un'identità. Sociedade editrice il Mulino, s/d,

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. 'Les Fondements Classiques de L'idée européenne'.

In: HVMANITAS – VOL. XLIX (1997). Coimbra, p. 26-39.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. A Idéia de Europa. Coimbra: Quarteto, 2003.

SANTOS, Leonel Ribeiro dos. “Republicanismo e Cosmopolitismo. A contribuição de Kant para a formação da idéia moderna de federalismo”.In: O Federalismo Europeu. p. 37-69.

TORGAL, Luís Reis. “Salazarismo, Fascismo e Europa”. In: Revista de História das Idéias, n. 16.